

Título do capítulo	CAPÍTULO 15 – PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES NO BRASIL: UMA ANÁLISE RELATIVA AO TAMANHO E À ESCALA DE PRODUÇÃO
Autores(as)	Steven M. Helfand Lorena Vieira Costa Wagner Lopes Soares
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap15

Título do livro	UMA JORNADA PELOS CONTRASTES DO BRASIL: CEM ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO
Organizadores(as)	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho José Garcia Gasques
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	-
ISBN	978-65-5635-011-0
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES NO BRASIL: UMA ANÁLISE RELATIVA AO TAMANHO E À ESCALA DE PRODUÇÃO

Steven M. Helfand¹
Lorena Vieira Costa²
Wagner Lopes Soares³

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância do setor agrícola para o desenvolvimento econômico, embora não seja recente, é retomado de tempos em tempos. Um dos temas, dentro desse contexto, refere-se ao papel que desempenham os pequenos agricultores ao redor do mundo. Wiggins, Kirsten e Llambí (2010) destacam duas visões contrastantes nessa discussão: aqueles que veem o grupo de pequenos produtores como importantes para o crescimento agrícola e para a redução da pobreza, e aqueles que acreditam que não haja espaço para que esses enfrentem os desafios do desenvolvimento agropecuário, duvidando de suas capacidades de investirem, inovarem e produzirem mais, diante da concorrência cada vez mais globalizada. Em linha com essa última concepção, é recorrente a visão de que os pequenos produtores estariam fadados ao desaparecimento (Buainain *et al.*, 2013). Helfand, Pereira e Soares (2014) discutem essa questão, ao mesmo tempo em que debatem os fatores que têm permitido a continuação desse grupo no setor, citando como exemplo a existência de uma relação inversa entre tamanho do estabelecimento e produtividade (Binswanger e Rosenzweig, 1986; Eastwood, Lipton e Newell, 2010).

De fato, a hipótese de que os pequenos agricultores teriam uma vantagem em termos de produtividade da terra em relação aos grandes é um dos principais argumentos que permeia a visão mais otimista de que uma parcela dos pequenos tem possibilidade de seguir na atividade e até crescer. Outro argumento menos otimista a favor da permanência é o de que uma parte significativa dos pequenos produtores se encontra em uma armadilha de pobreza devido às dificuldades quanto à participação nos mercados de produtos, insumos e crédito (Barrett, Carter e Timmer, 2010). Para esse grupo, por um lado, a falta de oportunidades e habilidades que servem para inserção no mercado de trabalho não agrícola tem levado à permanência na agricultura como uma estratégia de sobrevivência. Poulton, Dorward e Kydd (2010), por outro lado, argumentam que os pequenos produtores podem superar muitas das desvantagens que enfrentam por meio do uso de instituições, que os ajudem a reduzir os custos de transação e melhorar o acesso a tecnologias.

Helfand, Pereira e Soares (2014) ressaltam que, ainda que de fato existam fatores que elevem o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (como mecanização e a adoção de novas tecnologias), há ainda espaço para que uma parte dos pequenos e médios permaneçam, desde que usufruam de ganhos de competitividade. Essa foi a visão desses autores diante dos dados dos Censos Agropecuários de 1975 a 2006. É importante, contudo, que se analise a situação desses agricultores onze anos depois, para que sejam identificadas as condições que têm favorecido ou dificultado a continuação de suas atividades. Além de simplesmente permanecer na agricultura, a formulação de políticas públicas depende da identificação dos elementos associados ao sucesso deste grupo, e perspectivas quanto ao seu futuro.

Essa análise é particularmente importante, visto que o período entre os dois últimos Censos Agropecuários (2006 e 2017) foi marcado por uma grande recessão macroeconômica. Segundo Barbosa Filho (2017), o produto *per capita* brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016. A crise econômica vivenciada pelo país inverteu a tendência

1. Professor e chefe do Departamento de Economia da Universidade da Califórnia, Riverside. *E-mail*: <steven.helfand@ucr.edu>.

2. Professora adjunta e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (PPGEA/UFV). *E-mail*: <lorena.costa@ufv.br>.

3. Analista socioeconômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), professor do Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPDDS/UFRRJ) e professor do Programa de Análise Ambiental e Gestão Territorial da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE. *E-mail*: <soareswagner7219@gmail.com>.

de redução da pobreza e desigualdade de renda da população que ocorria desde a virada do século XXI.⁴ Esse cenário traz à tona a importância de se colocarem o papel e as perspectivas futuras dos pequenos e médios produtores no centro do debate mais uma vez. De fato, momentos de crises e instabilidades promovem, usualmente, a retomada dessa discussão, como destacam Wiggins, Kirsten e Llambí (2010), ao mencionarem a crise econômica mundial de 2008 como propulsora de novos debates sobre o tema.

É nesse contexto que este capítulo se insere. Objetiva-se analisar dados do Censo Agropecuário 2017 que possam lançar luz sobre a situação dos pequenos e médios estabelecimentos agropecuários no Brasil. Para que essa discussão seja coerente, deve-se levar em conta que existem diferentes formas de se considerar o tamanho dos estabelecimentos. Há agricultores grandes em termos de área que são pequenos quando se contabiliza o valor da produção gerado por meio de sua atividade. O contrário também é verdade. Desse modo, busca-se contrastar duas concepções distintas: tamanho dos estabelecimentos e escala de produção. A primeira se refere à área dos estabelecimentos (hectares), e a segunda consiste no valor da produção agropecuária (reais). Acredita-se que investigar as características dos produtores, conforme essas duas medidas, pode trazer importantes discussões sobre a marginalização dos pequenos e médios produtores, ao mesmo tempo em que evidenciam até que ponto alguns deles estão prosperando na atividade.

Para tanto, o capítulo está subdividido em quatro seções, além desta breve introdução. A seção 2 analisa a tendência histórica quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, suas distribuições entre classes de tamanho, e participações dos estabelecimentos de diferentes grupos de tamanho no total produzido pelo setor agropecuário, desde 1970. Embora os dados apresentados mostrem pouca evidência de que os pequenos e médios estabelecimentos estejam desaparecendo, nota-se uma crescente concentração do valor da produção entre os estabelecimentos maiores (com mais de 1 mil hectares). Na seção 3, apresentam-se dados de 2017, que permitiram contrastar o tamanho em termos de área (hectares) e a escala de produção (valor da produção) dos estabelecimentos agropecuários. Entre outros resultados, essa análise permitiu observar que cerca de 96% dos estabelecimentos tinham área entre 0 ha e menos de 500 ha, apesar de terem sido responsáveis por apenas 49% do valor da produção agropecuária. Na seção 4, foram selecionados os estabelecimentos com área de 5 ha a menos de 500 ha, aqui considerados pequenos e médios. Discutiram-se características que explicam o relativo sucesso dos cerca de 18% desses que conseguiram gerar acima de 10 salários mínimos (SMs) mensais. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais. Assim, além de oferecer respostas quanto às perspectivas futuras desses produtores, o intuito, por meio desta análise descritiva, foi também instigar o debate e mostrar caminhos para os quais a pesquisa sobre o tema possa avançar.

2 EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DO NÚMERO E DA PARCELA DE ESTABELECIMENTOS POR TAMANHO NO BRASIL

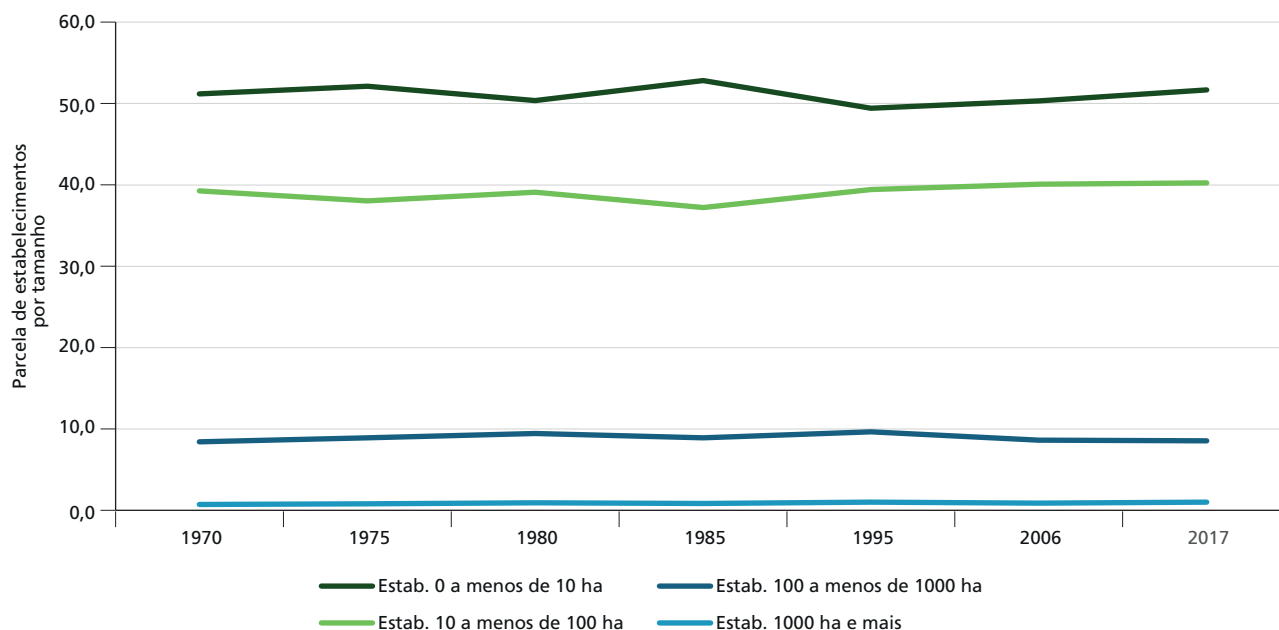
Desde 1970 até 2017, o número de estabelecimentos agropecuários tem se mantido relativamente estável no Brasil. Quando se excluem produtores sem área, o que torna os censos mais compatíveis metodologicamente, o número de estabelecimentos em 2017 é de 4.996.287, quase o mesmo valor de 1975 (com cerca de 5 milhões de estabelecimentos), e uma variação de apenas 1,5% superior em relação ao Censo Agropecuário 2006 (4.920.617 estabelecimentos).⁵ Apesar da grande variedade de circunstâncias que têm moldado a atividade agropecuária nos últimos anos (como maior emprego de tecnologias, e redução da mão de obra empregada), o número de estabelecimentos permanece quase constante pelo menos desde 1970.

Um retrato mais completo dessa situação pode ser evidenciado pela evolução das parcelas de estabelecimentos em certos grupos de área, entre 1970 e 2017 (gráfico 1). Essas parcelas também mostram considerável estabilidade nos últimos cinquenta anos. Em 2017, a fração de estabelecimentos com menos de 10 ha é praticamente a mesma fração que em 1970 (cerca de 51%). Entre 2006 e 2017, houve ainda ligeiro aumento da participação desse grupo de estabelecimentos no total: de 50,3% para 51,6% no último decênio. Quanto aos demais grupos de área, houve pouca modificação na participação dos estabelecimentos de 10 ha a menos de 100 ha entre 2006 e 2017 de área (com aproximadamente 40% nos dois anos). As parcelas de estabelecimentos com 100 ha a menos de 1 mil hectares, e 1 mil e mais hectares de área, também são relativamente constantes desde 1970.

4. Para mais informações, acessar o link: <<https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>>.

5. A única exceção quanto à essa estabilidade foi o ano de 1985.

GRÁFICO 1
Proporção de estabelecimentos por tamanho
(Em %)

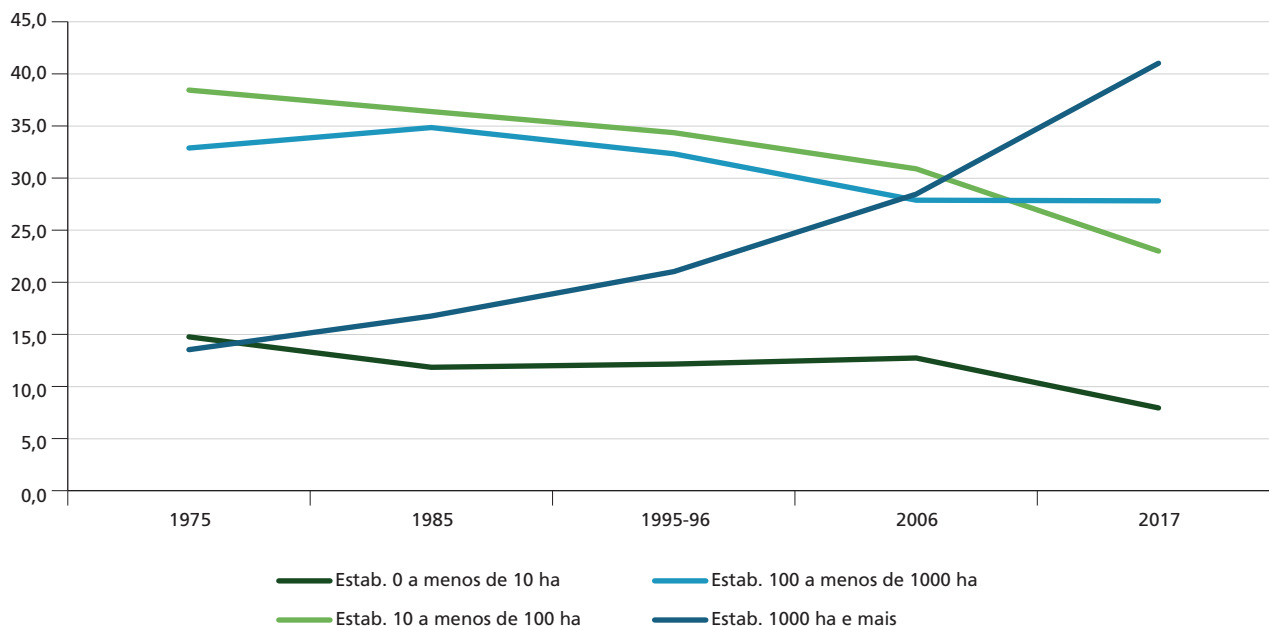


Fontes: Censos Agropecuários.
Elaboração dos autores.

Até aqui, os dados indicam relativa estabilidade do número de estabelecimentos e de suas parcelas entre grupos de área nas últimas décadas no Brasil. No entanto, para que se obtenha uma visão mais completa dos pequenos e médios agricultores, é necessário considerar que esses divergem também em termos do valor da produção. Assim, o gráfico 2 mostra como evoluiu, nas últimas décadas, a participação percentual dos grupos de tamanho no valor total da produção. Verifica-se que, de fato, os pequenos produtores (aqueles com área entre 0 ha e menos de 10 ha) têm reduzido sua importância em termos do valor produzido. A participação do valor da produção gerada nesses estabelecimentos passou de cerca de 12,0%, de 1985 a 2006, para 7,9%, em 2017. Em contrapartida, observa-se que a parcela da produção gerada nos estabelecimentos com área acima de 1 mil hectares triplicou entre 1975 e 2017 (indo de 14% para 41%). Houve um aumento considerável desse grupo entre 2006 e 2017 (de 28,5 para 41,0%).

Nota-se ainda que, embora os estabelecimentos com mais de 1 mil hectares correspondessem a apenas 1,04% do total de área em 2017 (gráfico 1), a participação do valor gerado por eles nesse ano era maior que a soma das parcelas dos estabelecimentos com menos de 10 ha e de 10 ha a menos de 100 ha de área (com 7,9% e 23,0%, respectivamente). Esses são importantes indícios da crescente concentração do valor da produção nos estabelecimentos maiores, e talvez um reflexo também das condições adversas da economia brasileira no período.

GRÁFICO 2
Proporção de valor da produção por tamanho do estabelecimento
(Em %)



Fontes: Censos Agropecuários.
Elaboração dos autores.

3 A DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS, EM 2017, POR ESCALA E TAMANHO

Da mesma forma que ocorre em Helfand, Pereira e Soares (2014), analisam-se os dados dos estabelecimentos agropecuários segundo duas concepções: o tamanho em termos de área (hectares) e a escala de produção (valor da produção). A primeira medida é a escolha metodológica de grande parte da literatura que discute o futuro dos pequenos e médios produtores. Por sua vez, a classificação dos produtores segundo o valor de sua produção é inspirada em Alves e Rocha (2010). Acredita-se que contrastar essas duas concepções é fundamental para que se produza um retrato mais completo da situação dos agricultores brasileiros.

Diante disso, a tabela 1 mostra o número de estabelecimentos de acordo com grupos de área total e de valor bruto da produção (VBP) mensal em 2017. Verifica-se que apenas 641 mil (12,6%) dos estabelecimentos agropecuários brasileiros produziram acima de 10 SMs mensais.⁶ Apesar disso, é interessante notar que 88% desses tinham área inferior a 500 ha, o que evidencia a presença de pequenos e médios estabelecimentos com alta escala de produção.

Com valor da produção mais de 2 SMs a 10 SMs mensais, havia cerca de 1,171 milhão de estabelecimentos, que correspondiam a 23% do total. Entre esses, nota-se que 54% tinham menos de 20 ha e 89% possuíam menos de 100 ha de área. Ressalta-se que este é um grupo intermediário entre os produtores de grande escala e os outros que produzem pouco. O valor produzido por esses estabelecimentos talvez seja suficiente para que mantenham um padrão de vida satisfatório e, além disso, permaneçam na atividade agrícola com potencial de prosperar, desde que contem com políticas e instituições de apoio.

Por fim, observa-se que cerca de 57% dos estabelecimentos (2,937 milhões) geraram até 2 SMs em termos de valor da produção mensal e quase todos esses (95%) tinham área inferior a 100 ha. É provável que a agricultura de subsistência seja predominante entre os estabelecimentos desse grupo e muitos possam estar em situação de pobreza (a menos que parte significativa da renda seja advinda de atividades não agrícolas). Nesse cenário, é difícil imaginar que tais estabelecimentos tornar-se-ão competitivos, mantendo-se na atividade de modo lucrativo.

6. É importante notar que utilizamos o salário mínimo de março de 2006 (R\$ 350), deflacionado para março de 2017 (R\$ 576), de modo que nossos resultados sejam comparáveis aos de Helfand, Pereira e Soares (2014).

TABELA 1
Número de estabelecimentos e a fração pertencente a cada grupo de área conforme classes de VBP no Brasil (2017)

Classes de área	Classes de VBP				Total de estabelecimentos
	0 SM	0-2 SMs	2-10 SMs	Maior que 10 SMs	
Produtor sem área	0,01	0,02	0,00	0,00	77.037
Mais de 0 ha a menos de 5 ha	0,32	0,53	0,18	0,05	1.892.967
5 ha a menos de 20 ha	0,28	0,25	0,36	0,20	1.381.376
20 ha a menos de 100 ha	0,27	0,17	0,35	0,40	1.250.022
100 ha a menos de 500 ha	0,09	0,03	0,09	0,24	365.841
500 ha a menos de 2.500 ha	0,02	0,00	0,01	0,10	89.216
2.500 ha e mais hectares	0,01	0,00	0,00	0,02	16.865
Total	1	1	1	1	-
Total de estabelecimentos	322.131	2.937.888	1.171.690	641.615	5.073.324

Elaboração dos autores.

Obs.: SM = salário mínimo de março de 2006 deflacionado para março de 2017.

Na tabela 2, apresentam-se dados quanto às parcelas de VBP, segundo as classes de tamanho e de VBP em 2017. Verifica-se que os grandes estabelecimentos em termos de escala (aqueles que produziram acima de 10 SMs mensais) foram responsáveis por cerca de 89% do valor da produção agropecuária em 2017 (R\$ 413 bilhões). Esse valor fornece uma indicação da alta concentração da produção e, quando se compara com o percentual correspondente de 2006 (86%), sugere pouca modificação nesse cenário nos últimos dez anos. Entre as classes de área, observa-se que de todo o valor gerado pelos grandes estabelecimentos quanto à escala (acima de 10 SMs), 31% é produzido em estabelecimentos com área acima de 2,5 mil hectares, e 43% naqueles com menos de 500 ha.

Os estabelecimentos médios em termos de escala (VBP mais de 2 SMs a 10 SMs) produziram 8,1% do VBP agropecuário. Interessante observar ainda que 98% do valor gerado por esses estabelecimentos foi produzido naqueles com menos de 500 ha. Os estabelecimentos que geraram até 2 SMs por mês, juntos, produziram somente 2,4% da produção nacional em 2017 (cerca de R\$ 11 bilhões), embora esse grupo correspondesse a 66% do número de estabelecimentos, como visto anteriormente. Além disso, 96% do valor da produção desse grupo concentrava-se em estabelecimentos com menos de 100 ha de área.

TABELA 2
VBP e participação de cada grupo de área no valor da produção conforme classes de valor da produção no Brasil (2017)

Classes de área	Classes de VBP			Total (R\$ 1.000)
	0-2 SMs	2-10 SMs	Maior que 10 SMs	
Produtor sem área	0,01	0,00	0,00	829.063
Mais de 0 ha a menos de 5 ha	0,40	0,16	0,03	21.309.534
5 ha a menos de 20 ha	0,31	0,36	0,06	42.360.201
20 ha a menos de 100 ha	0,23	0,36	0,15	79.979.291
100 ha a menos de 500 ha	0,04	0,11	0,19	84.788.239
500 ha a menos de 2.500 ha	0,00	0,01	0,25	102.935.177
2.500 ha e mais hectares	0,00	0,00	0,31	130.160.046
Total	1,00	1,00	1,00	-
Total de VBP (R\$ 1.000)	11.368.958	37.656.456	413.336.136	462.361.551

Elaboração dos autores.

Obs.: SM = Salário mínimo de março de 2006 deflacionado para março de 2017.

Diante desses dados, nota-se a alta concentração do valor da produção entre os grandes estabelecimentos no Brasil. Quase 90% dos estabelecimentos tinham menos de 100 ha de área em 2017, e quando se considera a faixa

de tamanho inferior a 500 ha, esse percentual chega a 96%. Apesar disso, esses estabelecimentos foram responsáveis por apenas 49% do valor total gerado pela produção agropecuária no mesmo ano. Esses números deixam claro que os pequenos e médios estabelecimentos continuam a existir, embora produzam um valor desproporcionalmente pequeno do total da agropecuária brasileira.

Além de avaliar se irão permanecer na atividade, é importante conhecer os fatores que possibilitam que parte desses produtores prosperem e sejam competitivos. Nesse contexto, busca-se apresentar um exame mais detalhado das características dos pequenos e médios estabelecimentos e seus produtores, separados entre os que são considerados de grande *versus* pequena escala de produção em termos do valor da produção agropecuária. Conhecer esses perfis ajuda a compreender os fatores que seriam importantes nas ações que tendem a estimular a competitividade dos pequenos e médios agricultores.

4 CARACTERÍSTICAS DOS PEQUENOS E MÉDIOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO ESCALA DA PRODUÇÃO

Discutem-se as características gerais dos estabelecimentos agropecuários brasileiros com área de 5 ha a menos de 500 ha, aqui considerados pequenos e médios.⁷ Esses corresponderam a 59% dos mais de 5 milhões de estabelecimentos contabilizados em 2017 (2.997.239). Na tabela 3, observa-se que, dos estabelecimentos desse grupo, cerca de 17,8% (534 mil) conseguiram apresentar uma alta escala de produção, gerando acima de 10 SMs mensais. Quanto ao perfil desses estabelecimentos, nota-se que a utilização de máquinas, equipamentos e veículos foi muito mais prevalente entre os estabelecimentos de grande escala (73% contra 32% para os de pequena escala). Da mesma forma, o uso de adubação (78%) e de agrotóxicos (72%) foi relativamente alto entre os estabelecimentos de grande escala. Já entre os de pequena escala, apenas 40% utilizaram adubos e 33%, agrotóxicos. Os grandes em termos de escala também se mostraram mais propensos a utilizar assistência técnica: 61% *versus* 19%.

O percentual de estabelecimentos que contratou mão de obra em 2017 foi quase 23 pontos percentuais maior entre aqueles de grande escala (55%) em relação aos produtores de pequena escala (32%). Similarmente, a associação a cooperativas – uma instituição importante de redução de custos de transação e de apoio – é muito mais frequente entre os de grande escala: 75% *versus* 25%. Oitenta e cinco por cento dos estabelecimentos classificados como de menor escala de produção não contaram com crédito em 2017, embora 41% daqueles que produziram mais de 10 SMs mensais acessaram financiamentos. Observa-se ainda que apenas 8% dos estabelecimentos de pequena escala tinham 100 ha ou mais, enquanto apenas 24% dos de grande escala tinham menos de 20 ha.

No que diz respeito à integração ao mercado, utiliza-se um algoritmo proposto pelo estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que possibilitou classificar os estabelecimentos a partir da relação entre o total da receita com a atividade agropecuária e o valor total da produção agropecuária. À medida que essa razão se aproxima da unidade, mais integrado seria o estabelecimento ao mercado. Quando a razão for igual a zero, o estabelecimento é autossuficiente. Observa-se que os estabelecimentos de maior escala de produção são mais integrados ao mercado. Dois terços desses são muito integrados, ao passo que esse percentual entre os de menor escala é só de 38%. O contrário acontece quando se observa o atributo “pouco integrado”, uma vez que somente 10% dos estabelecimentos com mais de 10 SMs de valor de produção são classificados nessa categoria.

Dessa discussão, percebe-se que diferenças em termos de tecnologias, uso de serviços, insumos e acesso a mercados são os fatores correlacionados com sucesso dos produtores de grande escala. Esses também são os pontos destacados por Helfand, Pereira e Soares (2014), diante dos dados do Censo Agropecuário 2006. Ressaltaram-se que a distribuição dos estabelecimentos entre as classes de área mostrava que o tamanho não parecia ser o principal fator que distinguia os produtores de grande *versus* pequena escala de produção. Onze anos depois, essa constatação parece ainda fazer sentido.

7. Assim como em Helfand, Pereira e Soares (2014), opta-se por excluir deste grupo os estabelecimentos de área entre 0 ha e 5 ha, uma vez que o percentual de estabelecimentos com valor da produção acima de 10 SMs entre esses é de apenas 1,6%.

TABELA 3
Características de estabelecimentos com área entre 5 ha e menos de 500 ha, segundo a escala de produção (2017)

Características		Estabelecimentos			Composição vertical	
		0-10 SMs	Maior que 10 SMs	Total	0-10 SMs	Maior que 10 SMs
Existência de maquinaria agrícola, máquinas/equipamentos /veículos	Não	1.536.664	141.905	1.839.636	0,68	0,27
	Sim	720.985	392.337	1.157.603	0,32	0,73
Uso de adubação	Não	1.354.433	117.576	1.644.391	0,60	0,22
	Sim	903.216	416.666	1.352.848	0,40	0,78
Uso de agrotóxicos	Não	1.456.722	148.519	1.778.584	0,67	0,28
	Sim	729.804	375.056	1.131.241	0,33	0,72
Orientação técnica	Não	1.835.812	205.895	2.217.270	0,81	0,39
	Sim	421.837	328.347	779.969	0,19	0,61
Contratou trabalho	Não	1.533.856	239.286	1.918.033	0,68	0,45
	Sim	723.793	294.956	1.079.206	0,32	0,55
Associado à cooperativa	Não	680.591	78.457	787.986	0,75	0,25
	Sim	232.701	236.400	485.144	0,25	0,75
Crédito	Não	1.925.019	315.888	2.431.722	0,85	0,59
	Sim	332.630	218.354	565.517	0,15	0,41
Área total do estabelecimento	5-20 ha	1.164.251	126.155	1.381.376	0,52	0,24
	20-100 ha	909.284	254.058	1.250.022	0,40	0,48
	100-500 ha	184.114	154.029	365.841	0,08	0,29
Classificação do grau de integração ao mercado (FAO/Incra)	Muito integrado	868.389	351.205	1.219.530	0,38	0,66
	Integrado	568.507	129.165	697.653	0,25	0,24
	Pouco integrado	820.753	53.872	874.616	0,36	0,10
Total		2.257.649	534.242	2.997.239	-	-

Fonte: IBGE (2017).

Elaboração dos autores.

Obs.: SM = salário mínimo de março de 2006 deflacionado para março de 2017. Excluem-se estabelecimentos com valor da produção igual a 0.

Além de evidenciar as características dos estabelecimentos, é importante investigar o que diferencia os pequenos e médios produtores, que conseguiram obter grande escala de produção daqueles considerados de pequena escala. A tabela 4 indica algumas das variáveis mais importantes nesse sentido. Quanto à condição do produtor em relação às terras, nota-se que a vasta maioria dos dois grupos era formada por proprietários em 2017 (88% entre os de pequena escala e 90% daqueles considerados de grande escala). A distribuição dos produtores entre as classes de idade não se mostrou muito distinta entre os dois grupos de escala de produção. A maior parte dos produtores tem entre 35 anos e 65 anos em ambos os casos. Também não parece haver grandes diferenças quanto à condição legal dos produtores, sendo predominante a condição de proprietário individual (com 71% entre os de menor escala e 67% para os de grande escala de produção).

TABELA 4

Características dos produtores com área entre 5 ha e menos 500 ha, segundo a escala de produção (2017)

Características	Estabelecimentos			Composição vertical		
	0-10 SMs	Maior que 10 SMs	Total	0-10 SMs	Maior que 10 SMs	
Condição do produtor em relação às terras	Proprietário(a)	1.929.732	474.867	2.584.602	0,88	0,90
	Concessionário(a) ou assentado(a) sem titulação definitiva	162.136	10.445	181.541	0,07	0,02
	Arrendatário(a)	39.100	32.655	80.607	0,02	0,06
	Parceiro(a)	31.110	5.723	39.013	0,01	0,01
	Ocupante	27.812	2.307	31.789	0,01	0,00
Classe de idade	Menor que 35 anos	179.136	42.056	238.054	0,08	0,08
	35-55 anos	891.459	243.783	1.213.709	0,40	0,46
	55-65 anos	571.841	136.415	757.767	0,25	0,26
	Menor que 65 anos	613.048	107.449	779.421	0,27	0,20
Condição legal do produtor	Proprietário individual	1.594.055	357.647	2.126.365	0,71	0,67
	Condomínio, consórcio ou união de pessoas	658.320	170.234	857.122	0,29	0,32
	Outra condição	5.274	6.269	13.752	0,00	0,01
Nível de instrução (curso mais elevado)	Nunca frequentou escola	351.543	14.080	389.909	0,16	0,03
	Alfabetização de jovens e adultos e outros	917.264	165.768	1.145.881	0,41	0,32
	Ensino fundamental	565.908	146.298	756.182	0,25	0,28
	Ensino médio	309.204	126.434	478.644	0,14	0,24
	Superior (graduação)	106.312	73.104	207.424	0,05	0,14
Sexo	Masculino	1.904.516	495.506	2.570.936	0,84	0,94
	Feminino	350.968	34.197	418.015	0,16	0,06
Outras fontes de renda do produtor	Não	622.805	286.918	985.276	0,28	0,54
	Sim	1.632.979	243.121	2.004.422	0,72	0,46

Fonte: IBGE (2017).

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Outras fontes de renda do produtor incluem aposentadorias, pensões, rendas obtidas fora do estabelecimento e provenientes de programas sociais.

2. SM = salário mínimo de março de 2006 deflacionado para março de 2017. Excluem-se estabelecimentos com valor da produção igual a 0.

As diferenças entre os dois grupos surgem quando se analisa o nível de instrução dos produtores. Percebe-se que, entre aqueles de pequena escala de produção, 16% nunca frequentaram a escola. Esse percentual é de apenas 3% entre produtores de grande escala. Enquanto 38% dos produtores de grande escala possuíam ensino médio ou ensino superior, apenas 19% dos de pequena escala o tinham.

Em termos do sexo do produtor, as mulheres estão mais presentes entre os estabelecimentos de menor escala de produção. Apenas 6% dos estabelecimentos de grande escala eram dirigidos por mulheres. Já no grupo de pequena escala, elas são 16%.

Interessante notar que a presença de outras fontes de renda para o produtor (que incluem aposentadorias, pensões, rendas obtidas fora do estabelecimento e provenientes de programas sociais) é muito maior entre os agricultores de pequena escala (72%, contra 46% para os produtores de maior escala). Em pesquisa futura, valeria a pena separar a renda de trabalho fora do estabelecimento das rendas que vêm do governo. O primeiro tipo sugere uma estratégia diversificada de geração de renda, enquanto as transferências apontam para um grupo mais idoso ou pobre.

A análise das características dos pequenos e médios estabelecimentos agropecuários brasileiros, bem como de seus produtores, mostra alguns importantes pontos: estabelecimentos de grande escala foram mais propensos a utilizarem máquinas, adubos, agrotóxicos, a contratarem trabalho, a participarem de cooperativas e eram mais integrados ao mercado. Esses estabelecimentos também apresentaram uso de orientação técnica e do crédito muito

superiores, quando comparados aos estabelecimentos de pequena escala de produção. Importante ressaltar que os estabelecimentos pertencentes aos dois grupos se mostram muito mais distintos entre si do que os produtores que os dirigem. As principais variáveis que diferenciam os produtores são o grau de instrução, o sexo e a presença de outras rendas para o produtor. Os de pequena escala possuíam menor nível de escolaridade, maior presença de mulheres à frente do estabelecimento e contavam mais com as rendas advindas de outras fontes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirados pelo recorrente debate quanto à possibilidade de desaparecimento dos pequenos produtores, neste capítulo, buscou-se analisar os estabelecimentos agropecuários brasileiros por meio de duas concepções: o tamanho em termos de área e a escala de produção, relacionada ao valor da produção na atividade agropecuária.

Ao contrastar essas duas medidas, o objetivo foi evidenciar que uma discussão mais completa quanto ao futuro dos pequenos e médios deve contemplar o fato de que a relação entre tamanho e escala não é inequívoca. Há pequenos e médios produtores que geram um alto valor de produção, enquanto há grandes que podem ser considerados de pequena escala de produção. O argumento é o de que, muito além de avaliar a possibilidade de permanecerem na atividade, é importante conhecer e identificar os fatores que poderiam estimular a competitividade dos pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, a fim de elevar suas rendas e reduzir seus níveis de pobreza.

Os dados quanto ao número de estabelecimentos ao longo do tempo mostraram que esses produtores não parecem estar desaparecendo. Ao mesmo tempo, conclui-se que esses têm reduzido sua importância em termos de valor da produção da agropecuária. De fato, verificou-se que os grandes estabelecimentos (com área acima de 1 mil hectares) têm apresentado importância crescente no valor da produção: a participação desses estabelecimentos no total produzido triplicou entre 1975 e 2017 e elevou-se em cerca de 44% somente no período 2006-2017.

Para aprofundar essa discussão, os estabelecimentos com área de 5 ha a menos de 500 ha foram definidos como o grupo de interesse e comparados conforme suas escalas de produção e uma série de características. Os estabelecimentos de grande escala de produção são mais mecanizados, utilizam mais adubos e agrotóxicos, participam mais de cooperativas e possuem duas importantes vantagens: utilizam mais o crédito e contam mais com orientação técnica. Além disso, esses produtores possuem maior grau de escolaridade, e a presença de outras fontes de renda, como pensões e transferências governamentais, é menos frequente entre eles.

As variáveis que diferenciam os estabelecimentos bem-sucedidos economicamente são aquelas usualmente apontadas como importantes meios de elevação da produtividade agrícola, como os acessos à tecnologia e ao crédito e o maior nível de escolaridade. Há também algumas características dos estabelecimentos de grande escala que parecem estar relacionadas à redução dos custos de transação e das barreiras de acesso aos mercados, como a associação a cooperativas e o uso de assistência técnica. Essas instituições e políticas de apoio promovem a redução de restrições quanto à adoção de novas tecnologias e a participação nos mercados de produtos, insumos e crédito. A identificação da importância relativa de cada um desses itens para o sucesso da atividade agropecuária é um dos importantes caminhos para pesquisas futuras.

A discussão realizada indicou que discriminar ainda mais os estabelecimentos dentro do grupo de área entre 5 ha a menos de 500 ha e separá-los entre aqueles com valor da produção entre 0 SM e 2 SMs e de mais de 2 SMs a 10 SMs mensais pode ser um exercício útil para fornecer evidências adicionais quanto ao perfil dos produtores pequenos e médios. Além disso, investigar mais a fundo a elevação da concentração do valor da produção agropecuária entre os grandes estabelecimentos traria importantes contribuições diante do cenário político e econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; ROCHA, D. P. R. Ganhar tempo é possível. *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. R. V.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 275-289.
- BARBOSA FILHO, F. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BARRETT, C. B.; CARTER, M. R.; TIMMER, C. P. A century-long perspective on agricultural development. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 92, n. 2, p. 447-468, 2010.

BINSWANGER, H. P.; ROSENZWEIG, M. Behavioral and material determinants of production relations in agriculture. **Journal of Development Studies**, London, v. 22, n. 3, p. 503-539, 1986.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

EASTWOOD, R.; LIPTON, M.; NEWELL, A. Farm size. *In*: PINGALI, P.; EVENSON, R. (Eds.). **Handbook of Agricultural Economics**. New York: Elsevier, 2010.

HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. F.; SOARES, W. L. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Eds.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 477-499.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

POULTON, C.; DORWARD, A.; KYDD, J. The future of small farms: new directions for services, institutions, and intermediation. **World Development**, Oxford, v. 38, n. 10, p. 1413-1428, 2010.

WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBÍ, L. The future of small farms. **World Development**, v. 38, n. 10, p. 1341-1348, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/35ii0ik>>. Acesso em: 10 set. 2020.